



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CPAN
CURSO DE PSICOLOGIA**

EVELYN MORALES TORRES ALBA

**COMPORTAMENTO EVITATIVO DE CRIANÇAS EXPOSTAS ÀS PRÁTICAS
COERCITIVAS INTRAFAMILIARES: REVISÃO NARRATIVA**

**CORUMBÁ – MS
2025**

BACHAREL EM PSICOLOGIA

EVELYN MORALES TORRES ALBA

**COMPORTAMENTO EVITATIVO DE CRIANÇAS EXPOSTAS ÀS PRÁTICAS
COERCITIVAS INTRAFAMILIARES: REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de psicologia da UFMS/CPAN, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharelado em Psicologia, sob orientação da Professora Dra. Lívia Amorim Cardoso.

**CORUMBÁ-MS
2025**

EVELYN MORALES TORRES ALBA

**COMPORTAMENTO EVITATIVO DE CRIANÇAS EXPOSTAS ÀS PRÁTICAS
COERCITIVAS INTRAFAMILIARES: REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de psicologia da UFMS/CPAN, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação da Professora Dra. Lívia Amorim Cardoso.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora
Prof^a. Dr^a. Lívia Amorim Cardoso
UFMS

Membro interno da banca
Prof^o. Dr^o. Pablo Cardoso de Souza
UFMS

Membro interno convidado da banca
Dr^a. Franciéle Ariene Lopes Santana

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da análise do comportamento, como práticas intrafamiliares influenciam o desenvolvimento de comportamentos de fuga e esquiva em crianças. O estudo foi desenvolvido por meio da revisão bibliográfica narrativa, baseada em autores referências da área, como Skinner (1953), Sidman (1989), Maier e Seligman (1967), cujas contribuições foram essenciais para a compreensão das relações entre ambiente, comportamento e consequência. Os resultados apontam que práticas parentais coercitivas e punitivas, mesmo produzindo respostas de obediência imediata, desenvolvem efeitos prejudiciais como ansiedade, retraimento, depressão e dificuldades emocionais. A instalação e manutenção do comportamento evitativo é mantida por contingências de reforço negativo e punição, nas quais as crianças aprendem a evitar estímulos aversivos, consolidando padrões de esquiva. Além disso, a exposição repetida a ambientes punitivos pode eliciar efeitos análogos ao desamparo aprendido, conforme descrito por Seligman (1967), comprometendo a autonomia e o desenvolvimento emocional. Conclui-se que, a Análise do Comportamento proposta por Skinner, as críticas de Sidman referente ao controle coercitivo, e a compreensão funcional do comportamento infantil devem ser analisadas segundo o impacto das contingências coercitivas. Como alternativa, práticas educativas mais reforçadoras favorecem repertórios comportamentais mais saudáveis e relações familiares seguras.

Palavra-chave: crianças; comportamento evitativo; comportamento de fuga; comportamento de esquiva; controle aversivo.

ABSTRACT

This work aims to analyze, from a behavioral analysis perspective, how intrafamilial practices influence the development of escape and avoidance behaviors in children. The study was developed through a literature review, based on reference authors in the field, such as Skinner (1953), Sidman (1989), Maier and Seligman (1967), whose contributions were essential for understanding the relationships between environment, behavior, and consequence. The results indicate that coercive and punitive parenting practices, even when producing immediate obedience responses, develop harmful effects such as anxiety, withdrawal, depression and emotional difficulties. The establishment and maintenance of avoidance behavior is maintained by contingencies of negative reinforcement and punishment, in which children learn to avoid aversive stimuli, consolidating avoidance patterns. Furthermore, repeated exposure to punitive environments can elicit effects analogous to learned helplessness, as described by Seligman (1967), compromising autonomy and emotional development. It is concluded that Skinner's proposed Behavior Analysis, Sidman's critiques regarding coercive control, and the functional understanding of children's behavior should be analyzed according to the impact of coercive contingencies. Alternatively, more reinforcing educational practices favor healthier behavioral repertoires and secure family relationships

Keywords: Children; avoidance behavior; escape behavior; avoidance behavior; aversive control.

INTRODUÇÃO

De acordo com Brasil (2006), a violência é definida como um uso intencional da força, física ou poder, em sua forma de real ou ameaça, contra indivíduos ou grupos, resultando ou com potencial dano de morte, prejuízo psicológico, mau desenvolvimento e privação. Assim, torna-se necessário refletir sobre a violência intrafamiliar, especialmente por seus impactos na infância. No Brasil (2021), cerca de 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorreram no ambiente doméstico, o que evidencia a urgência em aprofundar a compreensão desse fenômeno e de suas consequências para o desenvolvimento infantil.

Quando a violência ocorre no contexto direcionado à criança, há uma grave violação dos direitos humanos, uma vez que essas ações ferem os princípios de liberdade, dignidade e respeito, e produzem impacto no desenvolvimento humano (Pesce, 2008).

De acordo com Dessen e Guedes (2005) o desenvolvimento humano constitui um processo contínuo e integrado, resultante de interação entre aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Nessa perspectiva, o funcionamento individual resulta de influência recíprocas entre diversos subsistemas que compõem a própria pessoa, como os sistemas cognitivo, emocional, fisiológico, morfológico, conceitual e neurológico, os quais interagem de forma dinâmica e interdependente ao longo do ciclo vital, evidenciando a complexidade do desenvolvimento humano.

Assim, práticas parentais correspondem aos comportamentos e estratégias utilizadas pelo pais na educação dos filhos e podem envolver tanto cuidados quanto formas de disciplina. Essas práticas variam entre abordagens indutivas, democráticas ou coercitivas. Quando predominam práticas coercitivas, punitivas ou negligentes, o ambiente familiar impacta no desenvolvimento infantil (Macarini *et al*, 2010)

Nesse sentido, a violência familiar intensifica os riscos de desenvolvimento de comportamentos desadaptativos, que se tornam manifestações cada vez mais frequentes na vida de crianças vítimas. De acordo com Pesca (2012), esses problemas de comportamento são compreendidos como respostas socialmente inadequadas, que

expressam déficits ou descendentes comportamentais que comprometem a interação da criança com os pares e adultos de sua convivência.

Considerando esse contexto, torna-se necessário o estudo sobre a violência intrafamiliar e sua influência no desenvolvimento de comportamento evitativo, como consequência do comportamento aversivo em crianças, à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Comportamento Aplicada.

Diante disso, Sidman (1989) apresenta que nas relações interpessoais o termo controle está frequentemente associado à noção de dominação, julgo e imposição ou coerção. Nesse contexto, é importante destacar que o controle coercitivo é mantido de forma aversiva pelo sujeito, podendo modificar o comportamento de forma imediata, mas tende a gerar obediência momentânea, favorecendo o desenvolvimento de padrões de submissão ou rebeldia, com prejuízos ao desenvolvimento emocional e social da criança (Souza e Reis, 2006).

Sendo assim, punir um comportamento socialmente indesejável é muito mais acessível e tem efeitos mais imediatos quando comparados a reforçar positivamente comportamentos socialmente desejáveis (Moreira e Medeiros, 2019). Sidman (1989) mostra que qualquer uso da punição deve ser objeto de questionamento.

Diante do exposto, este estudo busca compreender como o uso do controle aversivo afeta o desenvolvimento comportamental de crianças. Para isso, tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, a relação entre ambientes aversivos e o surgimento de comportamentos evitativos de crianças vítimas de violência intrafamiliar segundo a análise do comportamento aplicada. Os objetivos específicos deste estudo são: (a) analisar funcionalmente quais os tipos de comportamentos evitativos em crianças vítimas de violência familiar, (b) analisar a relação entre o controle aversivo no contexto familiar no desenvolvimento de fobias, depressão e ansiedade nas crianças, (c) apresentar o papel do manejo das contingências no ambiente clínico no fortalecimento de comportamentos mais adaptativos.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, consistindo em uma análise teórica das publicações atuais sobre a área de crianças vítimas de violência doméstica (Conforto et al, 2011).

A construção do estudo foi baseada na leitura de trabalhos de autores referência na área, como Sidman e Skinner, e por meio das bases de dados Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) *Scientific Electronic Library Online (SciElo)*, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Google Acadêmico. Para a busca dos estudos, foram selecionadas as palavras chaves: crianças, comportamento evitativo, comportamento de fuga e esquivas, e controle aversivo. Estas foram conjugadas dentro dos operadores booleanos AND, OR ou NOT, a fim de ampliar as buscas nas bases de dados.

Os critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para assegurar a qualidade, a pertinência e a consistência dos estudos analisados. Incluíram-se materiais que abordavam diretamente as práticas coercitivas e seus impactos para o desenvolvimento infantil, especialmente aqueles fundamentados na análise do comportamento. Em complemento, foram excluídos estudos indisponíveis na íntegra, sem dados empíricos ou cujas metodologias não se adequaram aos objetivos da pesquisa, garantindo assim a relevância das fontes selecionadas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados de forma crítica e analítica, organizados em categorias temáticas que emergem da literatura selecionada, possibilitando uma compreensão da relação entre violência intrafamiliar, controle aversivo e o desenvolvimento de comportamentos evitativos em crianças. Essa estrutura permitirá destacar os principais achados teóricos e empíricos, facilitando a discussão crítica à luz dos pressupostos da Análise do Comportamento Aplicada.

AMBIENTE, COMPORTAMENTO OPERANTE E CONTROLE AVERSIVO: UMA ANÁLISE EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

O comportamento operante é caracterizado pela relação entre uma ação e suas consequências. Sendo assim, o comportamento operante das consequências presentes no ambiente podem influenciar a probabilidade futura de determinados comportamentos (Moreira; Medeiros, 2019). Logo, as condições ambientais presentes na história do indivíduo provocam alterações no comportamento operante (Skinner, 2003). Diante disso, nota-se que respostas evitativas, como ansiedade, depressão e fobias, podem ser modeladas e mantidas por contingências ambientais.

É relevante compreender que a maior parte do comportamento humano produz consequências no ambiente, assim como o ambiente transforma o comportamento. Nesse contexto, quando se trata de comportamento evitativo de crianças vítimas de violência intrafamiliar, entende-se que as respostas também se constituem como operantes, uma vez que são mantidas pelas consequências ambientais (Skinner, 1974).

Além disso, observa-se que respondentes de ansiedade, depressão e fobias podem ser eliciados por situações aversivas, o que se relaciona ao estilo parental autoritário descrito por Weber (2005), caracterizado por um nível elevado de limites e um nível baixo de afetividade. Nesse estilo, os pais priorizam a obediência e o controle, desvalorizam os sentimentos dos filhos. Como consequência desse, há uma probabilidade de as crianças apresentarem baixas habilidades sociais, baixa autoestima, depressão, ansiedade e estresse (Weber, 2005).

Nesse sentido, a forma como as interações familiares são mediadas pela comunicação também desempenha papel central. Reconhecer a hostilidade e a agressividade na fala pode ser mais simples quando acompanhadas por expressões faciais, postura corporal, tom de voz ou determinadas palavras (Bortoncello *et al*, 2024). Contudo, a comunicação violenta pode assumir a aparência de cuidado, afeto, orientação ou até uma crítica construtiva, tornando-se uma prática sutilmente agressiva (Bortoncello *et al*, 2024). Esse tipo de interação, ao ferir a liberdade, privacidade, individualidade, independência e estabilidade emocional, pode potencializar os efeitos das práticas autoritárias, reforçando os comportamentos evitativos e sintomas emocionais (Pipas; Jaradat, 2010).

Conforme apresentado por Bortoncello, Bisch e Fontes (2024) as expressões aparentemente “construtivas”, como por exemplo “*Pare com drama, você está*

exagerando” ou *“Deixa que eu faça isso, você não sabe fazer”*, podem apresentar formas sutis de comunicação violenta.

Sob a óptica do comportamento operante, essas expressões são estímulos aversivos que podem reforçar comportamento evitativo. Diante de críticas como *“Pare com drama, você está exagerando”*, por exemplo, a criança tende a reduzir ou mesmo anular expressões de emoções futuras, sendo um reforço negativo. De forma semelhante, ao ouvir *“Deixa que eu faça isso, você não sabe fazer”*, pode deixar de tentar realizar determinadas tarefas por medo de fracassar ou de ser novamente criticada. Ao longo do tempo, esses fatores mencionados contribuem para a consolidação de padrões comportamentais marcados pela evitação, pela baixa autoestima e pela insegurança emocional.

Tabela 1 - Análise Funcional do Comportamento Operante

Situação	Estímulo Antecedente (SD)	Comportamento/ Resposta (R)	Estímulo Aversivo Removido (C-)	Tipo de Reforço
A	Mando emitido pelo adulto: “o que está acontecendo?”.	Criança mente	Adulto removido do ambiente	Reforço Negativo (fuga)
B	Demanda oferecida à criança	A criança evita realizar a tarefa	Bronca evitada	Reforço Negativo (esquiva)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Diante a planilha é mostrado como estímulos aversivos ocasionam respostas de comportamentos evitativos em crianças. Cada linha descreve uma situação antecedente (S), seguida do comportamento emitido (R) pelas crianças, do estímulo aversivo removido (C) e da consequência. Observa-se que, ao retirar ou evitar críticas recebidas, a criança tem seus comportamentos de evitação reforçados negativamente,

ou seja, aumenta a probabilidade de reprimir emoções ou desistir de tarefas para não entrar novamente em contato com os estímulos discriminativos aversivos (Sd av).

Dessa forma, observa-se que o comportamento operante, ao ser constantemente moldado por contingências ambientais aversivas, contribui para o desenvolvimento de padrões de evitação em crianças expostas às práticas autoritárias. A análise das interações familiares, portanto, é relevante para compreender como a repetição de padrões prejudicam a autoestima.

Entretanto, é necessário reconhecer que os comportamentos não se mantêm apenas por reforçamento positivo, o comportamento também pode ser constituído pelo controle aversivo. Esse controle constitui uma forma de aumentar ou reduzir a probabilidade de ocorrência de um determinado comportamento (Resse, 1973).

Assim, a punição positiva ocorre quando a apresentação de um estímulo reduz a probabilidade do comportamento se repetir, podendo envolver efeitos aversivos. Já a punição negativa consiste na retirada de um estímulo reforçador, o que igualmente diminui a chance de o comportamento voltar a acontecer (Moreira; Medeiros, 2019).

Dessa forma, entende-se que a punição atua na diminuição do comportamento e reforço negativa aumenta o comportamento de fuga e esquiva através da presença de um estímulo aversivo, no contexto familiar. Para Sidman (1989), pais mantêm comportamentos coercitivos para ter obediência momentânea. A coerção refere-se ao uso das punições e ameaças como forma de levar o outro a agir conforme o que se deseja, bem como à prática coercitiva pode permitir que as pessoas escapem de situações punitivas (Sidman, 1989). Essa dinâmica evidencia que o controle coercitivo está intimamente relacionado à tentativa de manipular o comportamento por meio do medo e da evitação, o que pode comprometer as interações sociais e comportamentos de autonomia.

A coerção social, para Sidman (1989) é frequentemente aceita de maneira normal nas relações humanas, especialmente no contexto familiar. Para o autor, as práticas como punir comportamentos emitidos por crianças com objetivo de evitar a repetição de condutas consideradas inaceitáveis são socialmente legitimadas. Nesse sentido, o abuso físico e verbal podem levar os filhos à obediência diante as

necessidades e desejos dos pais que expressam as punições por meio de agressões físicas, isolamentos, retirada de privilégios ou silêncio punitivo.

Na perspectiva da Análise do Comportamento, o ato do pai bater no filho para obedecê-lo exemplifica o uso do controle aversivo. O filho aprende a obedecer para evitar a agressão, sendo mantido por reforço negativo. O comportamento do pai também é mantido, pois a obediência imediata do filho reforça a ação punitiva. Para Skinner (1974), esse tipo de controle apenas suprime o comportamento temporariamente, sem promover aprendizagem real. Zamignani e Banaco (2005) complementam que coerção gera efeitos como medo e ansiedade, baseados na punição.

Além disso, é relevante considerar que as respostas emocionais decorrentes de estímulos aversivos também podem desempenhar função de estímulo para outros comportamentos (Skinner, 2003). Essas reações emocionais, frequentemente associadas a sentimentos de culpa ou pena, podem atuar como reforçadores positivos, para o indivíduo que aplicou a punição, ou seja, quando pai bate, o filho adota o comportamento que o pai quer que ele emita, como a obediência. Dessa forma, o comportamento punitivo tende a ser mantido pelo reforço que o agente do controle recebe, ainda que o comportamento punido deixe de ocorrer, o que perpetua um ciclo de coerção nas interações sociais e familiares (Skinner, 2003).

No caso do pai que utiliza punição física como coerção, apresentado no exemplo familiar, o filho pode desenvolver ansiedade, ao prever a possibilidade de sofrer agressão física novamente. Assim, antes mesmo da ocorrência da punição, estímulos associados à figura paterna ou situações de cobrança passam a eliciar respostas fisiológicas típicas da ansiedade (Zamignani; Banaco 2005).

Essas relações entre punição e respostas emocionais adversas evidenciam que embora o controle aversivo possa reduzir temporariamente a frequência de um comportamento indesejado, seus efeitos são, em geral, imediatos e superficiais, podendo gerar respostas emocionais negativas. A exposição frequente aos estímulos aversivos pode eliciar respostas emocionais como tremores, taquicardia, palpitação, choro e entre outros. As respostas emocionais podem representar um problema quando

se utiliza um procedimento coercitivo para alterar a probabilidade de ocorrência de um comportamento (Zamignani; Banaco, 2005)

Nesse contexto, a ansiedade pode ser compreendida como uma das respostas emocionais diante a exposição a estímulos aversivos. De acordo com Zamignani e Banaco (2005), o conceito de ansiedade na análise do comportamento abrange uma variedade de fenômenos, referindo-se tanto a estados internos do indivíduo quanto aos processos comportamentais que os geram. Em situações consideradas agradáveis pode-se desencadear ansiedade, especialmente em contextos que envolvem expectativa e espera. Contudo, o termo tem relevância teórica e clínica quando é apresentado a relação do indivíduo com eventos aversivos e suas múltiplas possibilidades de interação com tais estímulos, a qual constitui seu principal campo de aplicação e análise do comportamento.

Essas singularidades permitem compreender que o medo e a ansiedade se configuram como respostas emocionais relacionadas ao controle aversivo. No DSM-5 (2013), o medo corresponde a uma reação diante de uma ameaça iminente, real ou ameaça, associando a resposta fisiológica necessária para respostas de luta ou fuga. Já a ansiedade refere-se à antecipação de uma ameaça futura, sendo caracterizada por tensão muscular, vigilância constante de cautela ou esquiva (APA, 2013).

Assim, os estados emocionais podem ser compreendidos no contato com estímulo aversivo, reforçando a compreensão de que a punição e o controle coercitivo não apenas afetam o comportamento observável, mas também nas reações emocionais. Em síntese, evidencia-se que o controle aversivo, embora possa produzir obediência imediata, desencadeia respostas emocionais negativas, como medo e ansiedade, que perpetuam ciclos coercitivos e comprometem repertórios comportamentais autônomos.

SUPRESSÃO DA RESPOSTA: EFEITOS DO CONTROLE AVERSIVO NO COMPORTAMENTO INFANTIL

A partir da compreensão dos efeitos do controle aversivo sobre o comportamento, torna-se possível avançar na análise de um de seus principais

desdobramentos: a supressão da resposta. Estes e Skinner (1941) foram autores pioneiros que investigaram sistematicamente o fenômeno da supressão condicionada. Esses autores demonstraram que a ansiedade não deve ser compreendida apenas como um conjunto de respostas eliciadas de forma autônoma, mas também em função de como essas respostas interferem na emissão do comportamento operante.

Com base nesses estudos, foi possível, em modelo animal, observar que experimentalmente utilizando ratos como sujeito, Estes e Skinner (1961) parearam esquemas de reforçamento por meio de um intervalo, por pressionar uma barra. Em determinados momentos, um som era emitido por quatro (04) minutos e, ao final desse período, o animal recebia inevitavelmente um choque. Inicialmente, as respostas do rato continuavam a ocorrer durante o som e eram interrompidas apenas pela aplicação do choque. Essa redução na taxa de respostas na presença de um estímulo que antecede um evento aversivo é denominada supressão da resposta (Reese, 1973).

Sendo assim, a supressão condicionada não apenas suprime o comportamento durante o intervalo que antecede a apresentação do estímulo aversivo primária, mas também atua como reforço negativo, reduzindo a probabilidade da emissão da resposta. Diante do exposto, a redução do comportamento operante é produzida por estímulo aversivo e pode ser chamada de ansiedade (Resse, 1973)

O estudo das emoções, nessa perspectiva, envolve a análise das condições que compuseram as operações emocionais ao longo da história do indivíduo, bem como das condições atuais do ambiente que eliciam respostas emocionais ou provocam alterações no fluxo de comportamento operantes (Neto *et al.*, 2011). Nesse contexto, Skinner (2003) destacou a importância das mudanças comportamentais no repertório geral de um indivíduo quando este se encontra em um estado de emoção, assim, as alterações refletem a influência de variáveis ambientais sobre a probabilidade de ocorrência de determinados comportamentos.

Sendo assim, há uma compreensão sobre o desenvolvimento de comportamentos ansiosos, em que os estímulos neutros passam a adquirir propriedades aversivas por meio de processos de condicionamento respondente, à vista disso, associadas a eventos desagradáveis podem eliciar respostas emocionais de esquiva, mesmos na ausência direta do estímulo aversivo (Neto *et al.*, 2011).

Nessa perspectiva, observa-se que esses processos podem estar presentes também em relações intrafamiliares, uma vez que, conforme a pesquisa de Reis e Landim (2021), observou que os pais ou cuidadores frequentemente recorrem a práticas coercitivas como castigo físico ou verbal, a retirada de reforçadores e exigência excessivas de desempenhos escolar ou comportamental. Essas práticas podem configurar formas de controle aversivo, utilizadas com intuito de controlar o comportamento infantil.

Nesse contexto, as práticas parentais desempenham um papel relevante no desenvolvimento emocional da criança. Assim, diante de determinados estilos parentais pode desenvolver o surgimento de padrões comportamentais marcados por retraimento social, dificuldades no manejo emocional e menores níveis de competência social (Cardoso; Veríssimo, 2013). Tais fatores podem contribuir para a manifestação de comportamentos de evitação, atribuindo para o desenvolvimento de ansiedade social na infância.

Conforme Skinner (2003), os comportamentos ansiogênicos são mantidos por contingências de controle aversivo, nas quais o indivíduo aprende a evitar ou escapar de situações potencialmente ameaçadoras. Sendo assim, a ansiedade e as fobias não são vistas como elementos internos, mas como produtos de histórias de condicionamento em que estímulos ambientais passam a prever a possibilidade de condições aversivas, eliciando respostas comportamentais de esquiva (Neto *et al.*, 2011). Nesse contexto, as fobias podem ser compreendidas como uma forma específica e intensa de resposta ansiosa.

Essas práticas coercitivas restringem a autonomia e promovem o medo da desaprovação, favorecem o desenvolvimento de comportamentos de esquiva e evitação social elevando os níveis de ansiedade e podendo haver predispondo o surgimento de sintomas fóbicos (Reis; Landim, 2021).

Por tanto, para o DSM-5 (2013) os transtornos de ansiedade são marcados por padrões de ansiedade e medo intensos e duradouros em resposta a determinadas situações ou objetos. Esses estados emocionais são acompanhados por uma variedade de sintomas, como medo exagerado, comportamento de evitação e pensamento relacionados.

Entre os transtornos de ansiedade descritos pelo DSM-5 (2013), destaca-se também o mutismo seletivo, o qual é caracterizado pela incapacidade persistente de falar em situações sociais específicas nas quais se espera que o indivíduo se comunique, apesar de conseguir falar normalmente em outros contextos. Podem incluir timidez excessiva, medo de constrangimento, isolamento, retraimento sociais, apego, traços compulsivos e entre outros.

Além disso, o comportamento evitativo observado em crianças com ansiedade social e mutismo seletivo podem estar associados a estilos parentais pautados no autoritarismo, nos quais predominam práticas controladoras e coercitivas, como intromissão, opressão e atitudes dominantes (Ferreira, 2019). Esses estilos educativos, ao reforçarem o medo de avaliação negativa e restringirem a autonomia, essas práticas contribuem para a inibição da expressão verbal e para o fortalecimento de respostas de esquiva em contexto sociais (Rodrigues; Chalhub, 2014).

Nesse sentido, as formas mais comuns de coerção são a perseguição verbal habitual da criança por meios de insultos, críticas, desqualificação, ridicularização, constante bloqueio das iniciativas infantis, assim como rejeição implícita ou explícita (Rodrigues; Chalhub, 2014).

Tabela 2 - Análise do Comportamento Operante: Coerção Parental e Evitação

Estímulo Antecedente (SD)	Comportamento/Resposta (R)	Estímulo Aversivo Removido/Evitado (C)	Tipo de Reforço
A criança está sob perseguição verbal (insultos, críticas, ridicularização).	A criança se isola, se cala ou tenta "sumir" da situação (Fuga).	O insulto ou a ridicularização cessam temporariamente, ou o contato com o agressor é reduzido.	Reforço Negativo (fuga)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir da análise do comportamento é possível compreender que, em contextos de práticas parentais coercitivas, comportamentos de inibição e esquiva da

criança são mantidos por reforço negativo ou punição (Neto *et al.*, 2011). Quando a criança manifesta autonomia e iniciativa, frequentemente enfrenta críticas ou desqualificação por parte dos pais, o que funciona como estímulo aversivo.

Diante disso, a criança tende a desistir da atividade ou inibir seus comportamentos que resultam na remoção ou evitação temporária da coerção parental. Da mesma forma, em situações de perseguição verbal, como insultos, ridicularização ou críticas constantes, o isolamento e o silêncio funcionam como respostas de fuga, pois reduzem o contato com estímulo aversivo (Rodrigues; Chalhub, 2014). Na tabela, os casos presentes têm como consequência o desconforto emocional, o que aumenta a probabilidade de repetição futura de comportamentos de inibição, esquiva em contexto social.

Assim, o controle coercitivo exercido pelos pais mantém um ciclo de reforçamento negativo, no qual a criança aprende que evitar agir ou expressar é uma forma eficaz de escapar de uma punição, contribuindo para o enfraquecimento da autonomia e para o fortalecimento de padrões ansiosos e inibidos.

O MODELO DE DESAMPARO APRENDIDO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O estudo da supressão condicionada evidenciou que estímulos aversivos podem reduzir temporariamente a probabilidade de resposta. Contudo, quando esses estímulos são apresentados, após repetitiva exposição a estímulos aversivos incontroláveis, o organismo passa a reduzir a emissão de respostas, mesmo diante de condições para escapar ou evitar o estímulo aversivo. Essa incapacidade de agir diante de situações possíveis de mudança ou fuga caracteriza como desamparo aprendido (Abreu, 2011).

Esse processo foi amplamente demonstrado no experimento clássico de Seligman e Maier (1967), que investigaram o impacto da exposição a estímulos aversivos incontroláveis sobre aprendizagem. No experimento, haviam três cães utilizados, dois foram expostos a choques elétricos incontroláveis em caixas experimentais, nas quais não era possível interromper ou evitar o estímulo; enquanto o

terceiro cachorro não recebeu choque. Posteriormente, todos os cães foram submetidos a uma situação em que poderiam escapar dos choques, mas aqueles previamente expostos a estímulos incontrolláveis não aprenderam a emitir resposta de fuga e permaneciam passivos diante da possibilidade de evitar o desconforto.

Para Seligman (1975) o desamparo aprendido é descrito como modelo animal de depressão. Nesse mesmo sentido, Willner (1984) afirma que, para o modelo animal seja considerado pertinente de psicopatologia é necessário apresentar similaridade quanto à etiologia, sintomatologia, alterações bioquímicas e de tratamentos efetivos, diante a esses parâmetros foram perceptivas as características comuns entre o desamparo aprendido e a depressão.

Sendo assim, foi possível demonstrar que a metodologia experimental é importante para compreender manifestações comportamentais análogas à depressão, reforçando a relevância da análise funcional comportamental na compreensão de seus determinantes psicológicos. Posto isto, é possível estabelecer uma correspondência entre desamparo aprendido e comportamentos observados em contextos familiares marcados por relações coercitivas e punitivas.

Nesse sentido, Abreu (2011) destaca que, em contextos familiares, uma criança que aprende a se esforçar excessivamente para conquistar a atenção de pais negligentes pode, com o tempo, reduzir a frequência de seus comportamentos. Nessa perspectiva, a privação de atenção configura-se como resultado da ausência de reforçadores positivos fornecidos pelos pais. Além disso, certos comportamentos mantidos por reforçamentos negativos podem contribuir para o desenvolvimento de uma postura mais passiva diante a vida. Comportamentos como queixa constante, abordagem “passiva”, irritabilidade, tristeza, choro, agitação motora, ruminações e até ideações suicidas tendem de aumentar a frequência por estarem associados à suspensão de sentimentos aversivos ou de situações geradoras de sofrimento.

Desta forma, pais negligentes podem influenciar o comportamento da criança, que passa a se isolar socialmente, evitando interações com amigos e reduzindo sua participação em atividades escolares, o que reforça um padrão de retraimento e de motivação.

Tabela 3 - Análise Funcional Do Desamparo Aprendido

Estímulo Antecedente (SD)	Comportamento/Resposta (R)	Consequência (C)	Tipo
S1- Privação de atenção (ausência de atenção parental, falta de reforçamento positivo).	Esforçar-se, realizar tarefas, busca contato e aprovação	Ausência de atenção ou reconhecimento por parte dos pais	Extinção
S3- Generalização de passividade e perda iniciativa (comportamento análogos ao desamparo aprendido)	Manutenção de padrões comportamentais desadaptativos, com menor interação emocional	Evitar situações aversivas e reduzir sofrimento,	Reforço negativo Fuga/esquiva

Fonte: Elaboração própria (2025).

Sob a perspectiva da análise do comportamento, observa-se que as condições apresentadas no ambiente para criança no contexto familiar descrito por Abreu (2011) são mantidas predominantemente por reforço negativo. Inicialmente, a procura pela atenção e aprovação dos pais, por meio de esforço e busca de contato não é seguida de reforçadores positivos, como afeto ou reconhecimento, o que leva à extinção desses comportamentos. Em consequência, a criança passa a ter um postura “passiva”, como descrita pelo autor, sendo assim, manifestando comportamentos como isolamento, choro e queixas, que reduzem sentimentos de frustração e rejeição, funcionando como forma de interação emocional.

Ademais, a presença de reforçadores negativos, auxiliam no desenvolvimento de comportamentos análogos ao desamparo aprendido, nos quais há redução da iniciativa e dificuldade em emitir resposta diante situações potencialmente modificadas. Dessa forma, o desamparo aprendido pode ser compreendido como um processo comportamental que emerge da exposição repetida a situações aversivas incontroláveis, nas quais o indivíduo aprende que suas ações não produzem consequências eficazes para modificar o ambiente (Seligman, 1967).

Essa aprendizagem resulta na diminuição das respostas aos estímulos reforçadores. Quando esse fenômeno é analisado em contextos familiares, observa-se que relações coercitivas, negligência afetiva e ausência de reforçamento positivo podem apresentar contingências semelhante ao experimental descrito por Seligman e Maier (1967), podendo assim compreender o desamparo aprendido a partir da perspectiva da análise do comportamento contribui para a compreensão funcional de comportamento depressivos sobre o ambiente.

Diante dessa perspectiva, a depressão não deve ser entendida apenas como uma condição interna ou emocional, mas como o resultado de uma história de interações nas quais as respostas do indivíduo deixaram de ser eficazes diante do ambiente.

DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre a relação entre comportamento operante, controle aversivo e violência intrafamiliar, evidenciando como as contingências ambientais mantém as condições que favorecem o desenvolvimento de comportamentos de esquiva, fuga e evitação em crianças expostas às práticas de violência no ambiente familiar.

Dessa forma, os estudos analisados, foram baseados nas evidências empíricas da Análise do Comportamento, destacando que práticas coercitivas no contexto familiar atua como um ambiente promotor de condutas disfuncionais e inibidor de comportamentos autônomos. Além disso, observa-se como as práticas coercitivas são formas específicas de controle, amplamente utilizadas com o intuito de obter obediência imediata e inibir comportamentos considerados inadequados.

Para Skinner (2003), o controle é um processo inerente a todas as interações ambientais, sendo definido como a relação entre o comportamento do indivíduo e as contingências estabelecidas pelo ambiente. Sidman (1989) amplia essa concepção ao distinguir entre o controle positivo, baseado em reforçamento e estímulos agradáveis; e o controle coercitivo, fundamentado em punições, ameaças ou estímulos aversivos. Ambos os autores concordam que, embora a coerção produza efeitos imediatos de

conformidade, este controle também elicia respostas emocionais negativas, como medo, ansiedade e tende a perpetuar ciclos de submissão.

Essas práticas coercitivas, frequentemente adotadas no ambiente doméstico, relacionam-se diretamente aos estilos parentais. Conforme destaca Weber (2005), o uso da violência como justificativa para educar crianças está relacionado a estratégias de controle do comportamento infantil, sendo que os estilos parentais autoritário e negligente representam maior risco ao desenvolvimento.

Nesse contexto, as revisões analisadas indicam que o comportamento operante é selecionado e mantido pelas consequências que produz no ambiente. Respostas de esquiva e fuga observadas em crianças vítimas de violência podem ser entendidas como operantes, uma vez que são mantidas por reforçamento negativo, havendo uma evitação de estímulos punitivos (Skinner, 2003). O controle aversivo refere-se às contingências coercitivas que aumentam a frequência de comportamentos por meio da punição, ameaças ou críticas, produzindo efeitos imediatos, mas sustentando desenvolvimento de padrões de comportamentos ansiogênicos.

Nesse sentido, pais que negligenciam o cuidado com os filhos podem contribuir para o surgimento de psicopatologias, como ansiedade, depressão e fobias, uma vez que a ausência de reforçamento positivo e a presença constante de práticas punitivas operam contingências que favorecem o desenvolvimento de respostas emocionais. Nessa perspectiva, os comportamentos ansiogênicos e depressivos podem ser compreendidos como o resultado das interações coercitivas e negligentes vivenciadas pela criança.

Além disso, Skinner (2003) compreende que as emoções não são causas internas do comportamento, mas efeitos produzidos pela contingências ambientais. Assim, o medo, ansiedade e a tristeza não surgem de forma espontânea, mas são respostas condicionadas à exposição contínua a estímulos aversivos que moldam o comportamento emocional. No contexto familiar, crianças submetidas ao controle coercitivo passam a funcionar de acordo com os estímulos antecedentes para comportamentos de fuga e esquiva, mantendo as contingências de submissão e inibição diante de figuras autoritárias.

De modo complementar, essa concepção se articula com a teoria do desamparo aprendido, analisada por Seligman e Maier (1967), que descreve como a exposição frequente a ambientes aversivos incontroláveis cria condição para a redução da emissão de respostas operantes. Esse processo evidencia uma diminuição do controle de consequências sobre o comportamento, havendo uma sensação de impotência, que podem ser análogas a respostas depressivas, inviabilizando o desenvolvimento de comportamentos autônomos.

Sendo assim, a análise do comportamento não compreende os comportamentos como resultado de causas internas ou processos mentais, mas como produtos das interações entre o organismo e o ambiente (Ferreira, 2013). Para os autores, mesmos os eventos privados, como pensamentos e sentimentos, são comportamentos e, portanto, devem ser analisados a partir das contingências ambientais que os selecionam e mantêm. Assim, atribuir causas internas ao comportamento constitui uma explicação incompleta, uma vez que não considera as condições ambientais responsáveis por sua ocorrência, tanto em nível observável quanto encoberto.

Através da análise do comportamento, modificar condições coercitivas implica em reestruturar o ambiente e promover práticas baseadas em reforçamento positivo. O uso de contingências reforçadoras, o diálogo e o reconhecimento de comportamentos adequados permitem ampliar o repertório comportamental da criança e reduzir o impacto das práticas coercitivas.

Nessa perspectiva, o reforço diferencial associado à extinção constitui uma alternativa eficaz ao controle coercitivo e é amplamente defendido pelos analistas do comportamento. Por meio do uso adequado de reforçadores é possível influenciar e manter controle sobre o comportamento de maneira ética e funcional, sem gerar os efeitos nocivos associados à coerção.

Nesse sentido, as práticas educacionais parentais podem ser analisadas a partir da distinção entre formas coercitivas e não coercitivas de controle. De acordo com Salvador e Weber (2005), essas condutas se dividem em práticas parentais positivas, que utilizam predominante reforçadores positivos e regras claras, e práticas parentais negativas, que se baseiam na coerção.

Diante desse contexto, Bortolini e Andretta (2013) destacam que o desenvolvimento de habilidades sociais na infância está diretamente relacionado ao contexto do ambiente familiar, às condições cotidianas e às práticas educacionais adotadas pelos cuidadores. Assim, ambientes familiares que utilizam predominantemente reforçamento positivo e mantêm relações baseadas em afeto e diálogos, contribuem para o aprendizado de comportamentos sociais adequados, como empatia, cooperação e autocontrole.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou compreender que as contingências coercitivas e punitivas presentes no contexto familiar exercem influência significativa sobre o desenvolvimento emocional e comportamental das crianças. A revisão bibliográfica demonstrou que o uso recorrente de práticas coercitivas, apesar da obtenção da obediência imediata, apresenta efeitos prejudiciais ao longo prazo, como ansiedade, retraimento, sentimentos de desamparo e dificuldades em respostas emocionais. Desse modo, fica evidente que as respostas emocionais e comportamentais não têm origem em fatores internos ou disposições inatas, mas constituem respondentes nas condições ambientais, sendo moldadas pela contingências.

Nesse sentido, o estudo demonstra a importância de se reconhecer o impacto do controle aversivo e a necessidade de substituí-lo por formas mais éticas e eficazes de controle do comportamento. O reforçamento diferencial de respostas, representa uma alternativa ao controle coercitivo, possibilitando uma prática educativa mais ampla e adaptativa. Através do uso de reforçadores positivos, do diálogo e do reconhecimento de comportamentos adequados, é possível reduzir o uso a punição e fortalecer o vínculo entre cuidadores e crianças, promovendo interações baseadas em respeito, afeto e colaboração.

A relevância desses resultados para a atuação do psicólogo é significativa. No contexto clínico, o profissional pode auxiliar famílias a identificarem contingências coercitivas e adotarem práticas educativas utilizando o reforço positivo, promovendo ambientes mais saudáveis. Na atuação social, cabe ao psicólogo desenvolver ações de

psicoeducação parental e prevenção da violência, incentivando relações familiares relacionadas no diálogo entre instituições, escolas e comunidades.

Em síntese, torna-se essencial que pais, educadores e profissionais se conscientizem sobre as consequências das práticas coercitivas e adotem métodos de controle comportamental que diminuam o sofrimento e favoreçam o desenvolvimento emocional das crianças. A mudança das contingências ambientais constitui a base para vínculos mais saudáveis e para substituição do controle e do medo por relações que sustentam em condições mais favoráveis, empáticas e respeitadas pelas crianças e sua participação na relação familiar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo Roberto. Novas relações entre as interpretações funcionais do desamparo aprendido e do modelo comportamental de depressão. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, p. 788-797, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/L88jVrGwmnLfRQc6VXvhYpw/?format=html&lang=pt>. Acesso em 23 jul. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://repository.poltekkes-kaltim.ac.id/657/1/Diagnostic%20and%20statistical%20manual%20of%20mental%20disorders%20_%20DSM-5%20%28%20PDFDrive.com%20%29.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

BORTOLINI, Marcela; ANDRETTA, Ilana. Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20175>. Acesso em 23 jul. 2025.

BORTONCELLO, Cristiane Flôres. Violência: compêndio teórico-prático sobre vítimas e agressores. Porto Alegre: Sinopsys, 2024. 704 p.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 81% dos casos de violência contra criança e adolescente ocorrem dentro de casa. Brasília, 2021. Disponível em: <https://acesse.one/yaA77>. Acesso em 23 jul. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Editora MS, 2006. 298P.

CARDOSO, Jordana; VERÍSSIMO, Manuela. Estilos parentais e relações de vinculação. **Análise psicológica**, v. 31, n. 4, p. 393-406, 2013. Disponível em:

https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000400006&lang=pt?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000400006&lang=pt. Acesso em 19 jul. 2025.

CONFORTO, Edivandro Carlos., Amaral, Daniel Capaldo, & SILVA, Sergio Luis. (2011). **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. In *Anais Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produtos*, Porto Alegre.

DESSEN, Maria Auxiliadora; GUEDEA, Miriam Teresa Domingues. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 15, p. 11-20, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/H5shtpJhvBnwqW9cztNy5QJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 jul. 2025.

ESTES, William Kaye; SKINNER, Burrhus Frederic. Some quantitative properties of anxiety. In: SKINNER, B. F. (Ed.). **Cumulative record. Enlarged edition**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1941. p. 393-404. Disponível em: <https://www.appstate.edu/~steelekm/classes/psy5300/Documents/Estes%26Skinner1941.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025

FERREIRA, Diana Isabel Tereso. **Influência do estilo parental nos níveis de ansiedade social e autoestima em adolescentes**. 2019. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/2722f6f8676111e9cf1fdd045f03335c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=>. Acesso em 03 jul. 2025.

MACARINI, Samira Mafioletti et al. Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 62, n. 1, p. 119-134, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229016557013.pdf>

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327582356_Principios_Basicos_de_Analise_d_o_Comportamento_-_2a_Edicao. Acesso em: 23 jul. 2025.

NETO, Denigés Maurel Regis *et al.* Supressão condicionada: Um modelo experimental para o estudo da ansiedade. **Perspectivas em análise do comportamento**, v. 2, n. 1, p. 5-20, 2011. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/43>. Acesso em 03 jul. 2025.

PESCE, Renata. **Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância**. 2012.

PIPAS, M.D; JARADAT, M. Assertive communication skills. **Annales Universitatis Apulensis: Séries Oeconomica**, v. 12, n.12, p 649-656, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227367804_Assertive_Communication_Skills. Acesso em 23 jul. 2025.

REESE, Ellen P. **Análise do comportamento humano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

REIS, Maria Adelaide; LANDIM, Ilana. Relação entre ansiedade social infantil e o uso de controle coercitivo por pais e/ou cuidadores. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 1, p. 73-97, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822021000100005&script=sci_arttext. Acesso em 23 jul. 2025.

RODRIGUES, Luciana Santos; CHALHUB, Anderson Almeida. Contextos familiares violentos: da vivência de filho à experiência de pai. **Pensando famílias**, v. 18, n. 2, p. 77-92, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2014000200007&script=sci_arttext. Acesso em 23 jul. 2025.

SALVADOR, A. P. V.; WEBER, L. N. D. Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 341-353, 2005. Disponível em: <https://sl1nk.com/LCfbx>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SELIGMAN, M. E. P.; MAIER, S. F. Failure to escape traumatic shock. **Journal of Experimental Psychology**, v. 74, n. 1, p. 1-9, 1967. DOI: 10.1037/h0024514. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0024514>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SELIGMAN, M. E. P. **Helplessness: on depression, development and death**. San Francisco: Freeman, 1975.

SIDMAN, Murray. **Coerção e suas implicações**. 2. ed. São Paulo: Livro Pleno, 2009.

SOUZA, Carla Mares Guimarães; REIS, Maxleila. Os efeitos da punição sobre o comportamento de crianças e adolescentes. **Revista de Psicologia**, p. 1-3, 2006. Disponível em: <https://psicologianpa.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/08/pdf-e2-06.pdf>

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. Editora São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo. Editora Cultrix, 1983.

WEBER, L. **Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites**. Curitiba: Juruá, 2005. p.

WILLNER, P. The validity of animal models of depression. **Psychopharmacology**, v. 83, n. 1, p. 1-16, 1984. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/bf00427414>. Acesso em 23 jul. 2025.

ZAMIGNANI, Denis Roberto; BANACO, Roberto Alves. Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade. **Revista Brasileira de**

terapia comportamental e cognitiva, v. 7, n. 1, p. 77-92, 2005. Disponível em:
<https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/44>. Acesso em 23 jul. 2025.